

Sumário

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZANDO A NOVA RESPONSABILIDADE CIVIL	49
1. Responsabilidade civil e Constituição: um diálogo necessário	49
1.1. Responsabilidade civil e dignidade humana	51
1.2. Responsabilidade civil e solidariedade social	54
1.3. Responsabilidade civil e igualdade substancial	58
2. Outros diálogos: as dimensões atuais da responsabilidade civil	63
2.1. Responsabilidade civil e boa-fé objetiva	64
2.2. Responsabilidade civil e razoabilidade	69
2.3. Responsabilidade civil e direitos fundamentais	72
2.4. Responsabilidade civil e autonomia privada	75
2.4.1. Tutela da autonomia nas relações patrimoniais	76
2.4.2. Tutela da autonomia nas relações existenciais (autodeterminação nas escolhas existenciais fundamentais)	78
2.5. Responsabilidade civil e função social	80
2.6. Responsabilidade civil e equidade	81
3. Responsabilidade civil e novos contextos jurídico-sociais	84
3.1. Responsabilidade civil e concepção atual de interesse público	84
3.2. Responsabilidade civil e superação das dicotomias	90
3.3. Responsabilidade civil e <i>hard cases</i>	94
3.4. Responsabilidade civil e diálogo das fontes	96
3.5. Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia	99
3.5.1. Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos	100
3.5.2. Covid-19 e pedidos de acesso à informação	101
3.5.3. Covid-19 e prazos de prescrição e decadência	102
3.5.4. Covid-19 e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento)	103

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	107
1. Fundamento da responsabilidade civil: entre o ontem e o hoje	107
2. Princípios da responsabilidade civil: buscando alguma clareza	108

2.1. Princípio da reparação integral	109
2.2. Princípio da proteção prioritária à vítima do dano	112
2.3. Princípios da prevenção e precaução (responsabilidade civil e tutela preventiva de direitos)	115
2.3.1. A juridicização do conceito de risco: o risco como deflagrador do dever de proteção	118
2.3.2. O princípio da proteção (a dimensão preventiva da responsabilidade civil do Estado)	120
3. Funções da responsabilidade civil: novas funções, novas polêmicas	123
3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil	124
3.1.1. Função compensatória	124
3.1.2. Função punitivo-pedagógica	125
3.1.3. Função preventiva	136

CAPÍTULO III

ESBOÇOS PARA UMA TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL 141

1. Um edifício em construção	141
1.1. Mudando a direção do olhar	142
1.2. Que expressão devemos usar? Responsabilidade civil ou direito de danos?	145
2. A singular importância da jurisprudência na responsabilidade civil	146
3. Do individual ao coletivo: a superação do <i>um contra um</i>	147
4. O pluralismo como um valor: um direito amigo da diferença	150
5. Progresso à custa de quem? A responsabilidade civil e os vulneráveis	152
5.1. Entre avanços e recuos: um caso concreto de desamparo às vítimas	155
6. Modernidade e pós-modernidade: onde nós estamos mesmo?	158
6.1. Certos exageros pós-modernos e casos curiosos	160
6.2. A normatividade dos princípios é inegociável	160

CAPÍTULO IV

ENTRE O ILÍCITO E A RESPONSABILIDADE CIVIL 163

1. Distinções fundamentais	163
1.1. Nem todo ilícito civil gera responsabilidade civil	165
1.2. A responsabilidade civil pode resultar de atos <i>lícitos</i>	165
2. O ilícito civil na ordem jurídica brasileira	167
3. Classificando os ilícitos civis no direito brasileiro	169
3.1. Ilícito indenizante	170
3.2. Ilícito caducificante	170
3.3. Ilícito autorizante	172
3.4. Ilícito invalidante	174
4. A questão do dano: ilícitos civis sempre causam danos?	175
4.1. Ilícitos civis com dano	175
4.2. Ilícitos civis sem dano	176
4.2.1. O ilícito civil sem dano no CPC/2015	178
5. O abuso de direito ou <i>ilícito funcional</i>	178

5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral	181
--	-----

CAPÍTULO V

ENTRE O VELHO E O NOVO: FORMAS CLÁSSICAS E ATUAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	185
1. O reinado da culpa.....	185
2. Teoria subjetiva ou objetiva da responsabilidade civil? Ambas.....	187
3. A escada histórica da responsabilidade civil.....	188
3.1. Responsabilidade civil subjetiva.....	190
3.2. Responsabilidade civil por culpa presumida.....	194
3.3. Responsabilidade civil objetiva.....	195
3.3.1. Responsabilidade civil objetiva pela teoria do risco.....	197
3.3.2. Responsabilidade civil objetiva pelo abuso de direito	203
3.4. Responsabilidade civil objetiva agravada.....	205
4. Responsabilidade civil contratual e extracontratual	209
4.1. Tendência atual a superar a dicotomia	209
4.2. Situações em que persiste a dicotomia	212
4.2.1. Juros de mora	213
4.2.2. Prazos prescricionais.....	213
4.3. Tutela da confiança	215
4.4. Tutela da informação	217
4.4.1. A questão da ausência de medidas preventivas (<i>carelesness</i>)	218
4.5. Tutela da cooperação	220

CAPÍTULO VI

ENTENDENDO OS DANOS	223
1. Em busca de novos modelos de compreensão?	223
1.1. A constante reavaliação de quais danos são indenizáveis.....	223
1.1.1. A figura do <i>dano injusto</i>	225
1.2. Entre avanços e retrocessos.....	226
2. Dano moral: entendendo as dimensões extrapatrimoniais das lesões.....	228
2.1. Um olhar histórico para o dano moral na experiência brasileira.....	228
2.2. Entre danos ressarcíveis (materiais) e danos compensáveis (morais)	231
2.2.1. Um caso assustador	233
2.3. O direito à compensação moral é transmissível aos herdeiros?	234
2.4. A questão da legitimidade ativa dos familiares em caso de dano moral.....	235
2.4.1. Situações em que há legitimidade	236
2.4.2. Situações que demandam análise contextualizada dos vínculos afetivos	238
2.5. Entre o trivial e o grave: os difíceis limites entre o aborrecimento e o dano injusto	240
2.5.1. Hipóteses de mero aborrecimento	242
2.5.2. Hipóteses que excedem o mero aborrecimento	243
2.6. A questão dos danos <i>in re ipsa</i> : uma forte tendência atual em se presumir danos.....	245

2.6.1. Danos que são considerados <i>in re ipsa</i>	246
2.6.2. Danos que não são considerados <i>in re ipsa</i>	249
2.7. Dano moral pode resultar de inadimplemento contratual?	250
2.8. Dano moral e dano estético: cumulação e especificidades	252
2.9. Dano moral e solidariedade entre os causadores ou responsáveis pelo dano	255
2.10. A questão dos danos morais no extravio de bagagem: mudança de entendimento	261
2.11. Dano moral e pessoa jurídica	263
2.12. Danos morais coletivos	265
2.12.1. Violação a direitos individuais homogêneos pode causar dano moral coletivo?	270
2.12.2. A questão da ilicitude lucrativa e os danos morais coletivos	271
2.13. Figuras com autonomia conceitual?	272
2.13.1. Danos sociais	272
2.13.2. Perda da chance: dimensões morais e materiais	274
2.13.3. Danos institucionais	277
2.13.4. Danos ao tempo como bem jurídico autônomo	278
2.13.5. Danos ao projeto de vida	280
2.13.6. Danos decorrentes do lucro ilícito ou lucro da intervenção (<i>disgorgement</i>)	281
2.14. Outras questões polêmicas	282
2.14.1. O problema da vitimização nos danos morais	283
2.14.2. Em busca de modos não pecuniários de compensação	284
2.14.3. Dano moral e valor de afeição: a perda de animais de estimação	286
2.14.4. Dano moral e condenação inferior ao valor pedido: existe sucumbência do autor da demanda?	289
2.14.5. Dano moral e prazos prescricionais: a teoria da <i>actio nata</i> objetiva e subjetiva	289

CAPÍTULO VII

QUANTIFICANDO OS DANOS

1. A dificuldade de quantificar certos danos	293
2. Dano moral: uma categoria fundamentalmente jurisprudencial	294
2.1. A definição de valores para o dano moral: um eterno problema	295
2.2. A ausência de critérios legais	298
2.3. Alguns critérios jurisprudenciais para a quantificação dos danos morais	298
2.3.1. Gravidade do dano	299
2.3.2. Culpa do ofensor	299
2.3.3. A conduta da vítima (dever de mitigar o próprio prejuízo)	302
2.3.4. Irreversibilidade da lesão	303
2.3.5. Vedação ao enriquecimento sem causa	303
2.3.6. A condição econômica do ofensor e do ofendido	304
2.4. Critério bifásico: buscando alguma objetivação na fixação dos valores	307
2.5. O STJ, julgando recurso especial, pode alterar valores de dano moral?	309
2.6. A função punitivo-pedagógica e sua influência na quantificação dos danos	310
2.7. Dano moral: a fixação do mínimo indenizatório	313
2.8. Outras questões polêmicas	315

2.8.1.	Existe princípio que postule a diminuição do valor da indenização com base na situação financeira do ofensor?	315
2.8.2.	Danifico porque posso pagar?	317
2.8.3.	A excessiva quantificação do dano como fator (vedado) de inibição da crítica democrática ou da exposição de fatos criminosos	318
2.9.	Eventuais descontos e atualização no valor do dano moral	319
2.9.1.	Dano moral e correção monetária	319
2.9.2.	Dano moral e juros de mora	319
2.9.3.	Dano moral e imposto de renda	319
2.9.4.	Dano moral e benefício previdenciário	320
3.	Dano material	320
3.1.	Quantificando o dano material: teoria da diferença	320
3.2.	Espécies clássicas de dano material	321
3.2.1.	Danos emergentes (danos positivos)	321
3.2.2.	Lucros cessantes (danos negativos)	322
3.3.	Fator determinante da indenização: extensão do dano (Código Civil, art. 944)	322
3.3.1.	Exceção legal: desproporção entre dano e culpa (dano grave e culpa leve)	323
3.4.	Danos indenizáveis e não indenizáveis	324
3.4.1.	Danos indenizáveis	324
3.4.2.	Danos não indenizáveis	326
3.5.	O dano é essencial à responsabilidade civil?	328
3.5.1.	Posição tradicional	328
3.5.2.	Discussões contemporâneas	328
3.6.	Questões variadas relacionadas à pensão por dano material	330
3.6.1.	Dano presumido: morte de filho menor em família de baixa renda	331
3.6.2.	Outras situações relativas à pensão por dano material	332
3.7.	O ônus da prova do dano é sempre da vítima?	332

CAPÍTULO VIII

NEXO CAUSAL: ENTRE TEORIAS DE ONTEM E COMPREENSÕES DE HOJE

335

1.	Contextualizando o nexo causal	335
2.	As difíceis questões do nexo causal: um tormento para os autores	336
3.	A visão tradicional	337
3.1.	O art. 403 do Código Civil: breves críticas	337
3.2.	Como enxergar o nexo causal?	338
3.2.1.	Concepção tradicional: vínculo fático	338
3.2.2.	Concepção contemporânea: vínculo jurídico	338
3.3.	Que teoria adotamos em relação ao nexo causal?	339
3.4.	Quer a verdade? “Escolha uma teoria e decida como quiser”	340
3.5.	Causas e condições do dano: distinção	341
4.	Nexo causal nas ações e nexo causal nas omissões	342
4.1.	Causalidade naturalística e causalidade normativa	343

4.2. O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas	343
5. As visões atuais	346
5.1. A relevância do bem jurídico lesado pode impor novas releituras do nexo causal.....	346
5.2. O nexo causal não é um elemento neutro: há juízos de valor no nexo causal	347
5.3. Flexibilização e presunção do nexo causal.....	349
5.3.1. Distinguindo flexibilização de presunção do nexo causal	350
6. Das categorias fechadas aos modelos flexíveis	351
6.1. A irrelevância funcional das teorias clássicas.....	353
6.2. As compreensões atuais sobre o tema: linhas de tendência	354

CAPÍTULO IX

EXCLUDENTES DE ILICITUDE E EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma distinção necessária	357
2. Excludentes de ilicitude.....	357
2.1. Estado de necessidade.....	358
2.1.1. Possibilidade de indenização equitativa	359
2.1.2. Estado de necessidade quando a pessoa lesada é a culpada pelo perigo	359
2.2. Legítima defesa.....	360
2.2.1. Legítima defesa de terceiros.....	361
2.2.2. Legítima defesa putativa.....	361
2.3. Exercício regular de direito.....	362
2.3.1. Eventuais abusos podem ser considerados na quantificação dos danos..	363
2.4. Estrito cumprimento do dever legal	364
3. Excludentes de responsabilidade civil.....	365
3.1. Caso fortuito ou força maior	366
3.1.1. O caso fortuito ou força maior nas relações de consumo	366
3.1.2. O caso fortuito ou força maior na responsabilidade civil do Estado.....	367
3.1.3. Caminhando em direção a filtro mais severo na aceitação das excludentes	369
3.1.4. Perguntas que perderam a relevância.....	369
3.1.5. Irrelevância da distinção entre caso fortuito e força maior.....	370
3.2. Fato exclusivo da vítima (culpa exclusiva da vítima)	378
3.2.1. E se ofensor e vítima contribuíram para o dano?	379
3.3. Fato de terceiro	380
3.3.1. A questão do fato de terceiro: novas compreensões do problema	381

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL

1. Perfil da responsabilidade civil ambiental no Brasil	391
2. Novos olhares para o nexo causal em matéria ambiental e a questão do responsável indireto.....	394

3. Transformações nos deveres jurídico-ambientais	397
3.1. A questão da omissão no dever de controle e fiscalização estatal	400
4. Compreendendo o dano ambiental	403
4.1. Danos sem autoria claramente configurada	403
4.2. Danos, em regra, irreversíveis e sem lógica linear: lidando com prevenção e precaução	406
4.3. Danos com vítimas socialmente dispersas	408
4.4. Danos intergeracionais	411
4.5. Danos com notas necessariamente extrapatrimoniais: titularidade difusa	411
4.6. Danos cuja licitude da atividade é irrelevante	412
4.7. Danos cujos limites de tolerabilidade são analisados no caso concreto	413
4.8. Danos de quantificação sabidamente difícil	414
4.9. Danos que compreendem o ambiente natural e artificial	416
4.10. Danos que aceitam inversões probatórias	416
4.11. Danos que aceitam flexibilizações e até presunções do nexos causal	420
4.12. Danos que aceitam outras teorias da causalidade	421
4.13. Danos que lidam com a probabilidade, não apenas com a certeza	422
4.14. Danos que aceitam a responsabilidade solidária do ofensor indireto	423
4.15. Danos imprescritíveis	426
4.16. Danos que dialogam intimamente com os riscos: o risco de dano autoriza medidas prévias?	427
4.17. Danos que exigem progressiva participação democrática nos mecanismos decisórios	429

CAPÍTULO XI

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	431
1. Responsabilidade civil do Estado: uma visão atual	431
2. Breve resumo do perfil da responsabilidade civil do Estado no Brasil	432
3. Posição peculiar da ordem jurídica brasileira na matéria	434
4. Deveres atuais do Estado: indo além da abstenção (não basta deixar de violar, é preciso proteger)	435
5. As novas visões do direito administrativo: do súdito ao cidadão	435
5.1. As três fases históricas	438
5.2. A quarta e nova fase: o Estado como garantidor dos direitos fundamentais	439
5.3. Atos de império e atos de gestão: distinção superada	441
6. Quem é agente público?	442
6.1. A amplitude conceitual da palavra “agentes”	443
6.2. A questão do dano fora das funções: análise de contextos	446
6.3. A questão do “funcionário de fato” e a proteção da confiança legítima	447
6.4. A questão do abuso no exercício das funções	448
6.5. Contra quem pode ser proposta a ação? Apenas contra o Estado ou é possível ação direta contra o agente público?	449
6.6. Ação de regresso: algo raro entre nós	452
6.6.1. O caráter indisponível da ação de regresso: dever estatal	452
6.6.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	455
6.6.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso?	456
6.6.4. <i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema	457

6.7. Pandemia e responsabilização de agentes públicos.....	458
7. A responsabilidade civil do Estado por omissão.....	459
7.1. Responsabilidade objetiva na omissão.....	459
7.2. Responsabilidade subjetiva na omissão.....	463
7.2.1. Omissão genérica e omissão específica.....	465
7.2.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	467
8. Responsabilidade objetiva das empresas privadas prestadoras de serviços públicos....	469
8.1. Concessionárias.....	469
8.1.1. As concessionárias respondem pelos atos de assédio sexual ocorridos em metrô?.....	470
8.2. Delegatárias.....	472
8.2.1. Responsabilidade civil dos notários e registradores.....	472
8.3. Permissionárias.....	476
8.4. O que são serviços públicos?.....	477
8.4.1. Atividade econômica ou serviço público?.....	478
8.4.2. Atividades de educação e saúde são serviços públicos nos termos do art. 37, § 6º?.....	479
8.4.3. O CDC se aplica aos usuários de serviços públicos?.....	480
9. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciários.....	483
9.1. Responsabilidade civil por atos legislativos.....	483
9.1.1. Leis inconstitucionais.....	483
9.1.2. Leis constitucionais.....	485
9.2. Imunidade parlamentar abrange a responsabilidade civil?.....	486
9.2.1. Se o parlamentar não responde, o Estado pode responder?.....	487
9.3. Responsabilidade civil e omissão legislativa: há dever de legislar?.....	488
9.4. Responsabilidade civil por atos judiciários.....	490
9.4.1. Prisão preventiva de inocente gera dano moral?.....	492
9.4.2. Prisões indevidas: quem deve suportar o ônus da privação da liberdade?.....	494
9.4.3. A questão do cumprimento da pena de prisão em situação degradante: a posição do STF.....	495
10. Prescrição: polêmicas e definições.....	496
11. A questão da denunciação da lide.....	498

CAPÍTULO XII

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS **RELAÇÕES DE CONSUMO**..... 501

1. Consumidor: uma palavra mais ampla (olhando para o passado, olhando para o futuro).....	501
2. Contextualizando o CDC.....	503
2.1. O CDC como um microsistema legislativo.....	503
2.2. O que são normas de ordem pública e interesse social?.....	504
2.3. Autonomia e heteronomia.....	506
2.4. O CDC como uma “lei de função social”.....	508

3. Características do CDC	510
3.1. Normas principiológicas	510
3.2. Vocação de expansão	512
3.3. Diálogo das fontes	513
4. Relação jurídica de consumo	515
4.1. Os sujeitos	516
4.2. Identificando consumidor e fornecedor	516
4.2.1. A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras	517
4.2.2. O fornecedor	524
4.3. Teorias maximalista e minimalista	527
4.4. Compreendendo a expressão “destinatário final”	528
4.4.1. Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final”	529
4.5. A pessoa jurídica como consumidora	531
4.5.1. Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções	531
4.5.2. Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica	532
4.6. Consumidor por equiparação (<i>bystander</i>)	533
4.6.1. Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo	535
4.7. Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC	535
4.7.1. Exceção: juros de mora	536
4.7.2. Prazos prescricionais nas responsabilidades contratual e extracontratual, segundo o STJ	537
5. Responsabilidade civil nas relações de consumo	538
5.1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço	538
5.1.1. Vício do produto	540
5.1.2. Vício do serviço	543
5.2. Fato do produto	543
5.2.1. Fato do serviço	545
5.3. Perigo intrínseco	548
5.4. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor	549
5.5. Comerciante: responsabilidade solidária ou subsidiária?	550
5.6. Teoria do risco do desenvolvimento	551
6. Prescrição e decadência no CDC	555
6.1. Decadência (vício do produto ou serviço)	555
6.1.1. Vício aparente	555
6.1.2. Vício oculto	556
6.1.3. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual ..	556
6.1.4. Causas que suspendem a decadência	557
6.2. Prescrição (fato do produto ou serviço)	558
6.2.1. Quando se inicia a contagem do prazo prescricional?	558
6.3. Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor	559
7. Desconsideração da personalidade jurídica	560
7.1. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la	561
7.2. Desconsideração da personalidade sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores	561
7.3. Teoria maior e teoria menor da desconsideração	562

7.3.1. Teoria maior	562
7.3.2. Teoria menor	563
7.4. Desconsideração inversa	565
8. A publicidade nas relações de consumo	566
8.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária	567
8.2. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo	568
8.3. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias	570
8.4. Publicidade enganosa	571
8.4.1. Publicidade enganosa por omissão	572
8.4.2. A questão do <i>recall</i>	573
8.4.3. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro	574
8.5. Publicidade abusiva	574
8.6. A força vinculante da publicidade	576
8.7. O ônus da prova na comunicação publicitária	576
8.8. A contrapropaganda	577
8.9. A publicidade feita por influenciadores digitais	577
9. Práticas abusivas	579
10. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo	581
11. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago (CDC, art. 42, parágrafo único)	581
11.1. É preciso provar a má-fé do fornecedor para incidência do art. 42 do CDC?	582
11.2. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro?	583
11.3. É preciso que tenha havido o pagamento pelo consumidor para incidência do art. 42 do CDC?	583
12. Banco de dados e cadastros de consumidores	584
12.1. Limite temporal para as informações negativas: 5 anos	585
12.2. Termo inicial da contagem dos 5 anos	585
12.3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor (e dever de indenizar na sua ausência)	586
12.3.1. De quem é o dever de comunicação?	586
12.3.2. É suficiente a prova do envio da comunicação?	587
12.3.3. A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de reprodução de dados existentes em banco de domínio público?	587
12.4. De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida?	588
12.5. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita?	589
12.6. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo	590
12.6.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto	590
12.6.2. Há dano moral se já havia inscrição anterior?	591
12.6.3. Valores de indenização	591
12.6.4. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida	592
12.6.5. Prazo prescricional	592
12.7. Bancos de dados contra os maus fornecedores	592
13. Breves noções sobre o superendividamento	593

CAPÍTULO XIII

RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPRENSA: DANOS E LIBERDADES COMUNICATIVAS

1. Liberdades comunicativas: liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental.....	597
1.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede.....	599
2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos	600
2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?.....	601
2.2. Os abusos, quando configurados, são ilícitos.....	602
2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos.....	603
2.4. O direito de resposta como tutela específica	605
2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015)	606
2.5. Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?	608
2.5.1. A responsabilidade subjetiva (doutrina da <i>actual malice</i>).....	608
2.5.2. A questão da solidariedade	609
3. Contextualizando o uso da imagem alheia.....	610
3.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações	611
3.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido	612
3.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita	613
3.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação	613
3.4. Fotos de multidões e direito à imagem	614
3.5. Imagens de crianças e adolescentes	615
3.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	616
4. Deveres gerais da imprensa.....	617
4.1. Dever de veracidade.....	617
4.1.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?	618
4.2. Dever de pertinência	619
4.2.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	620
4.3. Dever de cuidado	621

CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. As (muitas) conexões possíveis entre a responsabilidade civil e os direitos da personalidade.....	623
2. Os passos históricos dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror.....	625
3. O conceito atual de pessoa: indo além do formalismo	627
3.1. A questão das <i>escolhas existenciais fundamentais</i>	629
4. Compreendendo os direitos da personalidade	630
4.1. Características e a questão da dupla inerência.....	630
4.2. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	633

4.3. Compreendendo as integridades física, moral e intelectual.....	635
4.3.1. Direito à integridade física.....	638
4.3.2. Direito à integridade psíquica (moral).....	646
4.3.3. Integridade intelectual	654
5. Questões atuais e polêmicas acerca dos direitos da personalidade	657
5.1. Biografias não autorizadas	658
5.2. <i>Hate speech</i>	661
5.3. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	662
5.4. Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?.....	666
5.4.1. O olhar sobre o tema em outros países	668
5.5. Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?	669
5.6. Deveres de proteção por parte do Estado: uma teoria em construção	670
6. A opção prioritária pela tutela preventiva	672
6.1. Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta	674
6.2. A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória	675
6.3. O <i>bullying</i> e a tutela preventiva	676

CAPÍTULO XV

RESPONSABILIDADE CIVIL E INTERNET

1. Direito privado e novas tecnologias: um breve olhar.....	679
1.1. Um tempo de transformação: do mundo físico-convencional para o mundo digital	685
1.2. Algumas características da internet	686
1.2.1. Os crescentes <i>danos digitais</i>	688
1.2.2. A questão do <i>cyberbullying</i>	689
1.2.3. A questão do <i>Revenge porn</i>	690
1.2.4. As questões relativas ao comércio eletrônico	691
1.2.5. Outros danos.....	692
2. Danos e ações ou omissões dos provedores: aplicação das regras tradicionais? Aplicação da teoria do risco?	692
2.1. Uma distinção necessária: danos causados pelo próprio provedor e danos causados por usuários.....	693
2.1.1. Danos causados por usuários: responsabilidade subjetiva agravada do provedor?	694
2.2. Há dever do provedor de fiscalizar previamente os conteúdos postados?	694
2.3. É dever da vítima fornecer informações precisas sobre o endereço eletrônico (URL) onde estão postadas ofensas?	695
2.4. Dever de retirar imediatamente o material moralmente ofensivo.....	696
2.4.1. Termo inicial da responsabilidade solidária do provedor	696
3. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).....	697
4. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	700
5. Responsabilidade civil e inteligência artificial	704
6. Um olhar para o futuro do dinheiro (e não só dele): vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas.....	707
6.1. <i>Blockchain</i>	707

6.2. Bitcoin	708
6.3. Ethereum e outras criptomoedas	710
6.4. Finanças descentralizadas (DeFi)	711
6.5. <i>Smart contracts</i>	711
6.6. NFTs	712
6.7. Metaverso	712
6.7.1. Entre avanços e perigos: as complexidades do metaverso	713

CAPÍTULO XVI

HIPÓTESES PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL

1. Responsabilidade civil por ato de outrem	715
1.1. O risco como fundamento da responsabilidade por ato de outrem	718
1.1.1. Responsabilidade civil dos pais pelos danos causados por filhos menores	719
1.1.2. Responsabilidade dos tutores e curadores	723
1.1.3. Responsabilidade dos empregadores	725
1.1.4. Responsabilidade dos estabelecimentos educacionais	730
1.1.5. Responsabilidade dos hotéis e estabelecimentos análogos	734
1.1.6. Responsabilidade decorrente dos produtos do crime	737
2. Responsabilidade civil pelo fato da coisa	738
2.1. Danos decorrentes de animais	741
2.2. Danos decorrentes de edifício ou construção	744
2.3. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios	746
2.3.1. A questão da queda anônima	747
2.3.2. Danos decorrentes da queda de pessoas de prédios	748
2.4. Danos decorrentes de veículos (e a teoria da guarda da coisa)	749

CAPÍTULO XVII

RESPONSABILIDADE CIVIL E INCAPAZES

1. Danos sofridos por incapazes e danos causados por incapazes	755
1.1. Danos causados por incapazes	755
1.1.1. Da irresponsabilidade à responsabilidade	756
1.1.2. Existe direito de regresso contra descendente incapaz?	759
1.1.3. A questão dos filhos maiores que moram com os pais	760
1.1.4. A responsabilidade civil dos pais pelos danos causados pelo filho maior esquizofrênico	762
1.1.5. A responsabilidade negocial do relativamente incapaz	763
1.1.6. Os incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência	763
1.1.7. Incapazes e LGPD	765
1.2. Danos sofridos por incapazes	772
1.2.1. Incapaz sofre dano moral?	773
1.2.2. Dano moral coletivo e incapazes	774
1.2.3. O crescente respeito ao discernimento dos adolescentes	775

CAPÍTULO XVIII

RESPONSABILIDADE CIVIL E RELAÇÕES FAMILIARES 777

1. Mudança ou revolução? 777
2. A questão do abandono afetivo 781
3. A questão da alienação parental 784
4. A questão do rompimento de noivado 786
5. Mentiras que duram décadas: ofensa aos deveres de lealdade 787
6. Ilícitos civis e relações familiares 788
7. Proteção de dados e imagem de crianças e adolescentes no âmbito das relações familiares 791

CAPÍTULO XIX

RESPONSABILIDADE CIVIL E TRANSPORTE DE PESSOAS 797

1. Contextualização 797
 - 1.1. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade 798
 - 1.2. Aplicação do CDC ao contrato de transporte 800
 - 1.2.1. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar 800
 - 1.3. Entendendo quem são as vítimas 801
2. A questão do dano causado por terceiro: a empresa de transporte responde civilmente? 802
 - 2.1. Dano conexo ao transporte (fortuito interno) 803
 - 2.2. Dano desconexo ao transporte (fortuito externo) 804
 - 2.2.1. Uma brevíssima análise crítica 806
3. Transporte gratuito ou de mera cortesia 807
4. A questão do transporte de mercadorias 809

CAPÍTULO XX

RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL 813

1. Entre o velho e o novo 813
2. Responsabilidade civil médica: contextualização 813
3. A aplicação do CDC à responsabilidade civil médica: consequências jurídicas 819
4. A questão da culpa na responsabilidade civil médica 822
5. Boa-fé objetiva e responsabilidade civil médica 826
 - 5.1. A relevância do dever de bem informar 828
6. A questão do nexo causal na responsabilidade civil médica 829
7. A questão da responsabilidade civil dos hospitais 832
8. Outras questões 835
 - 8.1. A questão da perda da chance na responsabilidade civil médica 835
 - 8.2. A questão do consentimento informado 837
 - 8.3. A questão do erro de diagnóstico 839
 - 8.4. A questão das obrigações de meio e de resultado 840
 - 8.4.1. Obrigações de meio 841

8.4.2. Obrigações de resultado	841
8.4.3. Outras hipóteses	842
8.5. A questão dos seguros de responsabilidade civil	845
9. Responsabilidade civil dos advogados	846

CAPÍTULO XXI

RESPONSABILIDADE CIVIL E ACIDENTES DE TRÂNSITO	853
1. Uma página feita de cores dramáticas	853
1.1. Quem são as vítimas em termos jurídicos?	854
2. A questão do empréstimo do veículo	855
3. A questão da locação do veículo	857
4. Responsabilidade dos pais pelos acidentes causados por filhos menores	858
5. A questão do seguro no dano causado por motorista embriagado: mudança de entendimento	859
5.1. Exceção jurisprudencial: seguros de vida	861
5.2. Dano sofrido por terceiro (não segurado)	861
6. Acidentes causados por animais na pista	862
7. Acidentes causados em estado de necessidade	863
8. A questão dos veículos com prioridade legal	864
9. A questão da independência entre as instâncias	866
9.1. Prescrição na hipótese de haver ação penal em curso	868
9.2. Fixação do valor mínimo de indenização pelo juiz criminal	869
10. Definindo causalidades e culpas na matéria	869
10.1. A questão da habilitação inexistente ou vencida	874

CAPÍTULO XXII

RESPONSABILIDADE CIVIL E VIOLÊNCIA URBANA	877
1. Uma breve contextualização	877
1.1. O padrão mental convencional	879
1.2. Que perguntas podemos fazer?	880
2. A segurança como tarefa fundamental do Estado: a teoria dos deveres de proteção..	885
2.1. Em busca de novos níveis de eficiência da atividade estatal?	888
3. O modelo conceitual da responsabilidade objetiva agravada	889
4. Mudando a direção do olhar: buscando novas dimensões de análise	892
5. Um olhar para a jurisprudência	894
5.1. O olhar tradicional	895
5.2. Os novos olhares	895
6. Análise específica de situações	898
6.1. Algumas vítimas são juridicamente protegidas; outras, não	898
6.2. Um exemplo simbólico e frequente: assaltos e danos sofridos em ônibus	899
6.3. Como estão sendo decididos os casos?	900
6.3.1. Cidadão x empresas de ônibus	900
6.3.2. Cidadão x empresas concessionárias de rodovias	901

6.3.3.	Cidadão x empresas de metrô ou trem.....	902
6.3.4.	Cidadão x empresas de <i>valet</i> (manobristas).....	903
6.3.5.	Cidadão x bancos: (responsabilidade inclusive por danos em frente à agência em certos casos)	904
6.3.6.	Cidadão x <i>Shoppings</i>	905
6.3.7.	Cidadão x empresas de estacionamento	907
6.3.8.	Cidadão x cadeias de lanchonetes (assaltos em <i>drive-thru</i> e outros)	909
6.3.9.	A questão das balas perdidas.....	909
 BIBLIOGRAFIA		 913